

## Quando o discurso social de direita encontra políticos demagogos e instituições democráticas enfraquecidas: o caso do extremismo brasileiro

*Quando el discurso social de derecha encuentra políticos demagogos e instituciones políticas debilitadas: el caso del extremismo brasileño*



**Emerson U. Cervi**  
Universidade Federal do Paraná. Doutor em  
Ciência Política pelo Instituto Universitário  
de Pesquisas do Rio de Janeiro.  
ecervi7@gmail.com  
ORCID: 0000-0001-8073-014X

## Resumo

O artigo trata das condições sociais e políticas para o crescimento do discurso extremista na política brasileira do início do século XXI. O objetivo é demonstrar como o movimento chamado «bolsonarismo» tem sua origem em valores sociais conservadores que explicam as históricas desigualdades materiais e simbólicas no Brasil. Outra explicação para o crescimento do extremismo, que leva à autocratização, é o agudo enfraquecimento de instituições democráticas no período, resultado da forma como força-tarefa «Lava Jato» tornou públicas suas ações.

### Palavras-chave

Extremismo político; bolsonarismo; Brasil; democracia.

## Resumen

*El artículo trata de las condiciones sociales y políticas para el crecimiento del discurso extremista en la política brasileña en el siglo XXI. El objetivo es demostrar como el movimiento llamado «bolsonarismo» tiene su origen en valores sociales conservadores que explican las desigualdades materiales y simbólicas en Brasil. Otra explicación para el crecimiento del extremismo, que conduce a la autocratización, e el fuerte debilitamiento de las instituciones democráticas en el período, como resultado de la manera como la operación «Lava Jato» hizo públicas sus acciones.*

### Palabras clave

*Extremismo político; bolsonarismo; Brasil; democracia.*

## 1. Introdução

A crise da democracia é um fenômeno global. Termos como democracia fadigada e democracia iliberal são usados para explicar fenômenos que têm como ponto em comum algum tipo de retrocesso no sistema democrático (Levitsky e Ziblatt, 2018; Alcántara, 2020). O presente artigo tem como objetivo geral apresentar as características do crescimento gradual e constante do discurso extremista brasileiro no início do século XXI. Um objetivo específico é apresentar uma tipologia de discursos extremistas contemporâneos a partir de duas dimensões: uma social e outra política propriamente dita. Parte-se do pressuposto de que o movimento bolsonarista, detentor do discurso extremista contemporâneo no Brasil, não é recente. Ele é socialmente difuso. A novidade deste movimento é conseguir materializar valores sociais abstratos conservadores na forma de discurso político radical e extremado.

A autocratização não é um fenômeno externo à democracia. Ao contrário, é um fenômeno que permeia todo o sistema a partir de suas próprias instituições e valores (Stanley, 2018). Esse tipo de ocorrência «autóctone» só é possível em sistemas democráticos. Regimes autoritários em crise sofrem ataques de fora para dentro. Já nas democracias, os autocratas são eleitos democraticamente para parlamentos nacionais ou para presidir seus países. No processo eleitoral não escondem suas visões de mundo antidemocráticas. Discurso demagógico e apelo ao personalismo, além da posição *anti-establishment* são características comuns de autocratas em democracias. O crescimento eleitoral de lideranças autocráticas pode ser via ampliação de votos em partidos extremistas pequenos ou em lideranças personalistas que se posicionam contra as instituições vigentes. Na essência, os discursos extremados autocráticos do início do século XXI são competentes para expor e organizar os descontentamentos da maioria com o sistema político. Ou seja, antes do radicalismo encontra-se um processo de desconstrução e deslegitimação da política institucionalizada e dos valores democráticos. Neste sentido, Monsiváis-Carrillo (2021) lembra que o processo de autocratização limita liberdades, reduz o pluralismo e favorece o exercício do poder de forma unidirecional e sem controles. No caso em análise aqui, considera-se que o retrocesso democrático tem bases sociais, que é onde o discurso extremista encontra seu primeiro respaldo.

Existem particularidades nas ocorrências empíricas do extremismo autocrático. E elas são consequência de características de cada sistema democrático em pelo menos duas grandes dimensões que estão relacionadas entre si. A primeira é a dimensão política propriamente dita. Em sistemas políticos onde os partidos são mais institucionalizados e considerados pela população como mediadores de demandas, o discurso extremista cresce a partir das periferias deste sistema, em partidos com baixa visibilidade até então, por baixo respaldo social. Em sistemas políticos menos institucionalizados, onde os partidos são vistos como barreiras para as demandas sociais, a relação política é personalizada. Esse cenário favorece lideranças capazes de incorporar tais críticas ao sistema.

A outra dimensão é social. Em sociedades onde há uma cultura política democrática, forte confiança nas instituições e confiança interpessoal alta, o

discurso extremista é dirigido a alterações nas políticas públicas do *establishment*. Não se trata de destruir instituições e políticas existentes, mas, redirecionar forças institucionais para remodelar políticas públicas, como, por exemplo, usar as instituições para implementar ou ampliar políticas xenofóbicas. Nestes casos, o discurso extremista não critica diretamente as instituições, mas as lideranças tradicionais, que seriam incompetentes para atender as demandas do cidadão comum.

Em sociedades onde não há cultura democrática, ou onde a cultura democrática sofre concorrência com culturas paroquias ou princípios antidemocráticos, o discurso extremista se apresenta de outra forma. Aqui, como não há respaldo social para manter instituições e princípios democráticos, ao invés de criticar líderes tradicionais, o extremismo se opõe às próprias instituições e políticas públicas. O objetivo principal é desconstruir as instituições e substituir os princípios de políticas públicas. Lideranças personalistas têm autoridade para defender o fim das instituições democráticas –quase nunca apontando o que virá em substituição a elas. Por exemplo, nesse tipo de sociedade, onde o debate institucionalizado propõe a defesa ao Meio Ambiente, o discurso extremista defende o fim das políticas ambientais.

Se considerarmos as duas dimensões políticas: mais e menos institucionalizada e os dois níveis de cultura política: mais ou menos democrática, é possível identificar quatro possibilidades de ocorrência de discurso extremista, como apresentado no quadro 1 a seguir. O discurso extremista na política brasileira do início do século XXI enquadra-se no quadrante de política menos institucionalizada e cultura social pouco democrática. O resultado é um extremismo contra as instituições e políticas ao mesmo tempo em que se promovem personalidades que se opõem ao sistema político.

**Quadro 1. Formas como discurso extremista se manifesta a partir das dimensões política e social.**

		Dimensão Política	
		Mais institucionalizada	Menos institucionalizada
Dimensão social	Cultura social mais democrática	Discurso contra a forma como as instituições e política são administradas, via partidos radicais.	Discurso contra a forma como as instituições e política são administradas, via líderes personalistas.
	Cultura social menos democrática	Discurso contra as próprias instituições e políticas públicas, defendendo o fim delas, via partidos radicais.	Discurso contra as próprias instituições e políticas públicas, defendendo o fim delas, via líderes personalistas.

Fonte: autor.

Sobre extremismo social, Glaeser e Sustain (2009) apresentam uma abordagem útil para explicar a adesão ao discurso radical. Para eles, quando existem condições de conexão rápida entre indivíduos que usam suas experiências pessoais para se posicionar sobre temas públicos, isso permite o surgimento do que eles chamam de «comunidades de crentes bayesianos». São pessoas que usam suas próprias visões de mundo para reforçar valores estabelecidos em seus grupos. Tendem a se considerar bem informados sobre as questões públicas, ainda que apenas a partir de sua própria experiência. Os «crentes bayesianos» reforçam e difundem o discurso extremista e

reacionário às mudanças sociais que não fazem parte de seu próprio repertório. E quanto maior a capacidade de trocas dentro da comunidade, mais fortes as crenças e a disposição de defender o discurso extremista (Glaeser e Sustain, 2009). É o que explica o extremismo brasileiro desde 2013.

A partir daqui o artigo divide-se em três partes. A primeira trata das bases sociais que sustentam o discurso extremista na sociedade. Demonstra-se como essas bases sempre estiveram na sociedade e não foram criadas recentemente. Trata-se de uma abordagem da dimensão social da cultura política do brasileiro médio. Em seguida, são apresentadas as consequências da chegada do bolsonarismo ao Governo Federal, com a desconstrução de instituições e políticas vigentes, somadas à inclusão no debate público de temas até então secundário, como a facilitação ao armamento individual e o «sequestro» de instituições e políticas de Estado por instituições de fora da arena política propriamente dita, notadamente instituições religiosas conservadoras. Por fim são apresentadas conclusões sobre origens e consequências do discurso extremista brasileiro do início do século XXI.

## 2. As bases sociais do fenômeno bolsonarista

A sociedade brasileira é reconhecidamente desigual em termos materiais e de valores (Moisés, 2008). A desigualdade material pode ser entendida como uma consequência de valores presentes nos integrantes do grupo social que favorecem a manutenção da desigualdade, tais como racismo –que garante a desigualdade entre indivíduos com diferentes cores de pele–; machismo –que mantém as condições das mulheres em desvantagem em relação às dos homens, em ambientes privados ou profissionais–; homofobia –que segrega em função da sexualidade–; aporofobia –que exclui de determinados ambientes sociais pessoas em função de sua renda– (Cortina, 2017).

Até a redemocratização política, nos anos 1980, as instituições e políticas faziam pouco ou quase nada para alterar as características de uma sociedade tradicional no Brasil. Não havia mecanismos efetivos de combate à desigualdade econômica e social, combate à violência contra mulheres e contra homossexuais ou medidas para reverter os efeitos de uma sociedade historicamente racista. A desigualdade estrutural no Brasil é retratada por Silva (2017) em estudo sobre o debate público brasileiro, na transição do século XXI para o XX, logo após a abolição da escravatura. Durante um século, o discurso predominante na sociedade não era contraposto pelas instituições políticas. Ao contrário, havia uma tendência de reforço aos valores tradicionais no imaginário social (Silva, 2017). Em consequência, o distanciamento entre instituições políticas e cidadão comum brasileiro gerou um padrão de comportamento predominantemente de desconfiança institucional (Moisés, 2010).

Um dos desdobramentos do processo de redemocratização ao final do século XX foi a implementação de políticas de combate às desigualdades materiais e simbólicas. O marco desse momento de democracia institucional foi a Constituição de 1988. Nela, além de superada parte das limitações por parti-

cipação democrática, estavam os fundamentos para o combate às desigualdades materiais e simbólicas que predominavam no discurso social.

Entre outros dispositivos institucionais, para citar alguns exemplos, há o Sistema Único de Saúde (SUS), que universaliza o acesso a uma estrutura pública de saúde básica. Até então, parcela considerável da população, a mais pobre e excluída do mercado de trabalho, não tinha direito à gratuidade. Também permitiu a regulação de uma Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que, entre outras coisas, deu origem a uma previdência social para atendimento a quem nunca contribuiu com o sistema público previdenciário. A partir dele, o Estado brasileiro começou a pagar o Benefício por Prestação Continuada (BPC), que é uma espécie de programa de renda mínima destinado a idosos e aos portadores de alguma deficiência que os impede de participar do mercado de trabalho. Ao longo das décadas, o BPC se transformou em um dos principais mecanismos estatais de transferência de renda.

Além do combate às desigualdade econômicas e sociais, houve também uma institucionalização de mecanismos de combate a desigualdades simbólicas arraigadas na sociedade brasileira. Foi assim com o combate à homofobia. Começou com a aprovação de leis para garantir a legalização da união civil entre casais do mesmo sexo, garantindo –a partir de então– os mesmos direitos de casais heterossexuais, tanto na sucessão familiar, com direito à adoção de filhos legalmente, até a transferência de bens por herança no final do século XX. Já no início do século XXI, avançou para leis que tipificam a homofobia como crime.

Na primeira década dos anos 2000 as instituições políticas encamparam propostas de combate ao machismo e, principalmente, à violência doméstica contra mulheres. A lei que criminaliza de forma mais severa esse tipo de violência foi aprovada em 2006 e, desde então, ela vem sendo ampliada. As ampliações dão-se tanto na abrangência formal, regulamentando os casos e aumentando as penas aos infratores; quanto na abrangência prática, com instalação de delegacias especializadas em crimes domésticos e estruturas públicas para atendimento a mulheres vítimas dessa violência.

Também na primeira década do século XXI começou um movimento de abertura de vagas específicas nas universidades públicas brasileiras para jovens negros, que, por deficiência na formação secundária ou impossibilidade de dedicar-se exclusivamente aos estudos na idade escolar, chegavam ao momento da seleção para o curso universitário em desvantagem. As cotas raciais para negros, como forma de compensação social pelas desigualdades causadas pela cor da pele, ganharam centralidade no debate público brasileiro a partir de 2010. Um partido político de direita (Partido da Frente Liberal – PFL) apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Superior Tribunal Federal (STF) naquele ano. Foram realizadas audiências públicas com especialistas e ativistas que eram pró e contra as cotas raciais. Ao final, o STF considerou a oferta de vagas específicas para negros nas universidades públicas constitucional.

Em 2012 o Congresso Nacional aprovou uma lei regulamentando o tema das cotas. Destinou 50% das vagas das universidades públicas federais para estudantes oriundos de escolas públicas e, dentro dessas vagas, uma parcela

para alunos pretos e pardos. Além disso, a lei também distingue cotas para alunos de baixa renda, independente da cor da pele. Essa foi uma das medidas mais fortes de combate à desigualdade racial adotada pelo Estado brasileiro.

Um conjunto de medidas, no curto período de 30 anos (entre 1990 e 2010), gerou efeitos sobre a aporofobia, a homofobia, machismo e racismo, que predominavam como valores culturais até o fim dos anos 1980 em segmentos sociais que passaram a ser gradativamente e, em diferentes temas, retirados do centro do debate público. Ser homofóbico, machista ou racista não apenas passou a ser mal visto socialmente, como também começou a ter impactos legais. Isso empurrou o discurso conservador para as margens do debate público. O central era avançar nas garantias e direitos às minorias. A política identitária, meio para gerar mudanças institucionais no Brasil, foi se transformando em discurso político fim para os opositores a ela. O identidarismo sedimentou uma posição reativa e contrária a ele.

Fraser (2006) apresenta a luta pelo reconhecimento de identidades como o novo gerador de conflitos sociais ao final do século XX. Para ela, reconhecimento das diferenças é o que vem estimulando as disputas entre grupos que defendem bandeiras a partir de raça, sexualidade e gênero, entre outras, em contraposição a visões conservadoras da sociedade do século passado. Uma das principais características desses novos conflitos é que eles superaram os limites da política como campo de defesa de interesses de classes ou segmentos. Eles permeiam diferentes dimensões sociais, que é onde se encontram os objetivos de reconhecimento cultural e de redistribuição de bens materiais (Fraser, 2006).

A sobreposição de políticas identitárias e compensatórias às instituições estatais foi o que materializou o discurso extremista brasileiro, aquele que vem da periferia do debate para o centro dele, e não o que vem da minoria para a maioria. A desigualdade de renda no Brasil está na origem da luta por reconhecimento, como definida por Fraser (2006). As reações conservadoras extremistas do início do século XXI podem ser entendidas como resposta às lutas por reconhecimento material e cultural. O discurso extremista ganha espaço político quando portado pela maioria, que foi o que aconteceu no Brasil e tem se repetido em diferentes países da América Latina como demonstra Baquero (2018) ao discutir o conceito de democracia inercial para a região.

Em 2013 apareceram nos grandes centros urbanos manifestações de rua de descontentamento com a política. Os movimentos eram heterogêneos em pautas e demandas. Começaram em oposição aos aumentos nos valores de transporte público, passaram por diferentes bandeiras até chegarem às críticas ao sistema político como um todo, materializadas na forma de oposição à corrupção institucionalizada. Em 2014 a insatisfação social difusa com o sistema político ganha uma bandeira: a operação Lava Jato. Uma força-tarefa montada no Ministério Público para investigar, junto com a Política Federal, originalmente, a lavagem de dinheiro do crime organizado, acabou focando seu interesse em um núcleo de investigação que envolvia agentes políticos em empresas estatais, empresários do setor da construção civil e Governo Federal. Ao longo do tempo, a forma como a operação publicizou suas ações contribuiu para a formação de uma imagem negativa das instituições, dos

partidos políticos e de suas lideranças<sup>1</sup>. A base social das manifestações de 2013 e a forma como a Lava Jato foi conduzida contribuíram para o enfraquecimento da política institucionalizada e abriram espaço para o discurso extremista *anti-establishment* e de negação da política. A primeira consequência do enfraquecimento institucional foi o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Quase todas as condições para o discurso reacionário conservador já estavam dadas em 2016. Faltava uma liderança personalista que conseguisse ser a voz do extremismo e que tivesse visibilidade pública. Essa personalidade estava sendo formada desde a década anterior. Era o então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro. Em 2014 ele disputara a sétima eleição consecutiva para deputado federal, que lhe permitiria completar 28 anos de mandato parlamentar ininterruptos. Entre 1990 e 2010 ele conseguiu eleger-se em posições intermediárias de votos de seu Estado, fazendo entre 1% e 2% dos votos para deputado federal em todas as seis eleições que disputou. Em 2014 ele foi reeleito em primeiro lugar, tendo obtido 6% dos votos para deputado federal<sup>2</sup>. Bolsonaro foi um deputado ausente dos debates públicos. Pertencia ao chamado baixo clero da Câmara, não ocupou cargos em mesas executivas ou comissões temáticas permanentes. Também não emitiu nenhum parecer para projeto de lei relevante em quase três décadas de mandato parlamentar (Cervi, 2021).

Como deputado, ganhou visibilidade por se envolver em polêmicas públicas, normalmente agindo de forma agressiva e com posições racistas ou homofóbicas. Entre as principais polêmicas, ou crimes, estão: Em 2011, em entrevista à Revista Playboy, o então deputado afirmou «seria incapaz de amar um filho homossexual (...) prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí». E em outro trecho da mesma entrevista «se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar minha casa. Se andarem de mão dada e derem beijinho, desvaloriza»<sup>3</sup>. Dois anos depois, em 2013, em um programa de televisão chamado CQC, o deputado repetiu as declarações homofóbicas, às quais acrescentou racismo. Em resposta a uma pergunta sobre o que faria se um filho se relacionasse com uma pessoa negra, disse: «nem vou discutir promiscuidade porque não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem educados». Na mesma entrevista, perguntado sobre as cotas raciais nas universidades: «todos nós somos iguais perante a lei. Eu não entraria em um avião pilotado por um cotista

---

1. A origem da Operação Lava Jato é um conjunto de investigações da Polícia Federal, a partir de 2014, sobre lavagem de dinheiro envolvendo pagamento de propina e desvios da empresa pública Petrobras. As investigações começaram em março de 2014 e somaram mais de 80 operações policiais autorizadas pelo Poder Judiciário. Assim que as investigações da Polícia Federal começaram, o Ministério Público Federal criou uma força tarefa composta por procuradores federais para atuarem nas investigações. As operações foram sendo ampliadas para agentes políticos, empresas estatais, públicas e empresas privadas de diferentes setores, especialmente o da construção civil. A operação foi oficialmente encerrada em fevereiro de 2021.

2. De acordo com dados oficiais da Justiça Eleitoral, em 1990 Bolsonaro obteve 67 mil votos (1,7% de votos válidos) para deputado federal. Em 1994 chegou a 111 mil votos (2,5%). Em 1998 fez 102 mil votos (1,4%). Em 2002 teve 88 mil (1,1%). Em 2006 foram 99 mil votos (1,2%). Em 2010 teve 120 mil votos (1,5%). Em 2014 chegou a 464 mil votos (6,1%). Fonte: [www.dadosabertos.tse.jus.br](http://www.dadosabertos.tse.jus.br). Acesso em julho de 2021.

3. Trechos de entrevista à Revista Playboy, junho de 2011, disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea-310VgnCLD200000bbccbe0aRCRD.html>. Acesso em abril de 2022.

e não aceitaria ser operado por um médico cotista»<sup>4</sup>. Alguns meses depois, em maio de 2013, em uma entrevista ao programa de televisão «Entrevista com o Jô», Bolsonaro afirmou que o então ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter sido fuzilado por ter privatizado empresas estatais de exploração de minério de ferro. E na entrevista, para justificar, completou: «Se não peço o fuzilamento de Fernando Henrique Cardoso, jamais você estaria me entrevistando aqui, agora»<sup>5</sup>. A justificativa deixa clara a estratégia para ganhar visibilidade pública. Um ano depois, em 2014, o deputado envolveu-se novamente em discussão pública com uma colega parlamentar, onde deixou transparecer discurso machista. Confrontado pela parlamentar Maria do Rosário, Bolsonaro respondeu: «Não sou estuproador, mas se fosse, não te estupraria, você não merece ser estuproada, é muito ruim, é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria»<sup>6</sup>. Em 2021, sete anos após a manifestação o já presidente Jair Bolsonaro foi condenado pela justiça a indenizar a deputada pelas ofensas.

Fernando Henrique Cardoso não foi o único presidente a ter a morte desejada por Bolsonaro. Em setembro de 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando já se falava na possibilidade impeachment, em entrevista a uma emissora de televisão, quando perguntado se Dilma terminaria o mandato em 2018, o então deputado responde: «eu espero que acabe hoje, que Dilma saia infartada ou com câncer, de qualquer maneira»<sup>7</sup>.

Em 2017, já como pré-candidato, em palestra na sede da Hebraica, manifestou-se de forma racista. Ele disse: «Fui num quilombo; o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas; não faz nada; eu acho que nem para procriar ele serve mais». E, no mesmo discurso, continuou com manifestação xenofóbica: «não podemos abrir as portas para o mundo; alguém já viu algum japonês pedindo esmola? É uma raça que tem vergonha na cara»<sup>8</sup>. Essas manifestações repetiram-se inúmeras vezes em diversos outros espaços a partir de 2016, em especial em programas de televisão aberta.

Como se percebe pela cronologia, há uma intensificação do discurso extremista, que passa pela memória de sua passagem pelo Exército. Ele chegou ao posto de capitão do Exército até que em 1987 quase foi expulso por insubordinação e acusado de planejar sabotagem em quartéis do exército por melhores salários. Em 1988 foi para a reserva militar quando eleito vereador do Rio de Janeiro e nos 30 anos seguintes teve uma carreira política como civil (Carvalho, 2019). Apesar disso, ativar a ideia do militar era importante para formar a imagem de representante de um segmento saudosista da dita-

---

4. Trechos de respostas durante a participação no quadro «Sentado na Cadeira Quente», do programa de televisão CQC, de 28/3/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hyaqwd-YOzQk> Acesso em abril de 2022.

5. Trechos da entrevista no Programa do Jô, 6/5/2013, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tOCuftuLhUc>. Acesso em abril de 2022.

6. Trecho de entrevista transmitida pela emissora RedeTV com discussão entre Bolsonaro e Maria do Rosário, em 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc&t=20s>. Acesso em abril de 2022.

7. Trecho de entrevista em 17/9/2015, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hcXc-bkzymY&t=11s>. Acesso em abril de 2022.

8. Trechos de discurso feito na sede do Clube Hebraica do Rio de Janeiro em 4/4/2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>. Acesso em abril de 2022.

dura, quando não existiam leis de combate à homofobia, racismo e violência doméstica, além de outras políticas compensatórias. Depois de eleito, os militares passaram a ter papel fundamental na forma de governar de Bolsonaro, que é pelo permanente conflito, como se verá a seguir.

A nulidade como parlamentar o beneficiou, a partir de 2016, na formação da imagem de líder anti-política. A votação de 2014, para deputado federal, obtida por Bolsonaro foi o estímulo que faltava para a radicalização do discurso do político. A partir de então passou a defender com mais ênfase o período ditatorial e se posicionou como liderança contrária às estruturas políticas tradicionais. Na votação pelo impeachment da presidenta Dilma, dedicou seu voto a um torturador do regime militar, reconhecido pela justiça, o Coronel Ulstra (uma espécie de «Billy el Niño» brasileiro)<sup>9</sup>. Foi também naquele período que o discurso de Bolsonaro conseguiu vincular definitivamente sua imagem pública com posições contrárias às leis de compensação social, de políticas identitárias de combate à homofobia e racismo, principalmente. Havia um histórico, de manifestações públicas do parlamentar nesse sentido. Manifestações que, apesar de consideradas ilegais, não eram punidas. Em apenas um daqueles casos, o da parlamentar Maria do Rosário, houve condenação posterior de Bolsonaro, que se limitou ao pagamento de uma multa.

Faltava o último elemento para a consolidação do discurso extremista do bolsonarismo: aceitação da mensagem com alta visibilidade. A organização em grupos com visão política similar em Redes Sociais Online (RSO) em torno da figura de Bolsonaro foi o primeiro passo. A partir dali eram compartilhados conteúdos verdadeiros ou *fake news* que ajudaram a formar a imagem de líder social do conservadorismo reacionário e extremista brasileiro. Além disso, entre os anos de 2016 e 2017 o deputado Bolsonaro foi um dos políticos com a maior presença em programas de canais de televisão aberta. A visibilidade nos meios de comunicação de massa para o discurso homofóbico, machista e potencialmente racista fez de Bolsonaro o principal representante do discurso extremista contra as políticas compensatórias e de redução das desigualdades materiais e simbólicas que desagradavam conservadores.

O extremismo brasileiro tem suas bases sociais no conservadorismo reacionário contrário a mudanças ocorridas a partir da constituição de 1988. Mas, ele contou com dois pilares que sustentaram a transformação de valores difusos de contrariedade às mudanças em apoio político a demandas concretas. O primeiro desses pilares foi a Operação Lava Jato. A forma como as ações da força tarefa do Ministério Público Federal vieram a público fomentou uma visão negativa da política e de suas instituições. Foi um processo de permanente policialização da política, com operações frequentes, amplamente divulgadas, com entrevistas coletivas onde eram apresentadas denúncias ao invés de provas que sustentavam a ideia de que as instituições políticas precisavam de mudanças radicais. Este é um exemplo de como a democracia é corroída por dentro.

---

9. Trecho de sessão da Câmara de Deputados que aprovou parecer pela cassação do mandato de Dilma Rousseff, em 17/4/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A&t=1s>. Acesso em abril de 2022.

O segundo pilar foi a elevação de um político sem relevância no principal representante do discurso reacionário extremista brasileiro. O então deputado Jair Bolsonaro transformou-se na voz que recolocaria o Brasil no «bom» caminho. Para isso ele também dizia combater a corrupção, embora esse não fosse seu principal argumento público. Como deputado ele esteve envolvido em suspeitas de desvios de recursos de seu gabinete e de gabinetes de políticos próximos a ele, como a ex-mulher e seus três filhos políticos.

Como o discurso de Bolsonaro não podia ser apenas contra corrupção, pois isso a Lava Jato já fazia, ele concentrou suas manifestações em valores abstratos conservadores, como a defesa da pátria, da família e em nome de Deus. Valores estes que em geral estão presentes em discursos extremistas conservadores (Lima e Lima, 2020). Ao mesmo tempo se apresentava como um político contrário às mudanças sociais promovidas nas décadas anteriores. Seu extremismo passava por machismo, racismo e homofobia em vários momentos de manifestações públicas. Com a Lava Jato de um lado e Bolsonaro de outro, conservadores tinham o que precisavam para propagar um discurso extremista contra os princípios e instituições democráticas.

O extremismo político corrói a democracia por dentro e no Brasil ele venceu as eleições presidenciais de 2018 com discurso reacionário, respaldado principalmente por eleitores de grandes centros urbanos, anti-instituições políticas, organizado a partir de ambientes digitais e de cunho personalista, denominado «bolsonarismo». A base do discurso é anterior ao líder. O papel de Bolsonaro foi conseguir cristalizar em votos as demandas conservadoras difusas em oposição a políticas institucionalizadas de atendimento às minorias. A política institucional, fragilizada pela Lava Jato, não foi capaz de fazer frente à onda social bolsonarista que invadiu, com votos e democraticamente, a arena política. A eleição de 2022 está se dando entre a continuidade do processo de corrosão da política institucionalizada ou a retomada da institucionalidade democrática.

### 3. A aplicação do discurso extremista no governo bolsonaro

O governo Bolsonaro é a materialização do discurso extremista de confronto com a política institucionalizada. Seu fundamento é destruir políticas públicas. A justificativa para suas ações é abstrata e está presente no discurso dos principais integrantes do governo: combater o comunismo, o globalismo, o feminismo, enfim, os identitarismos em geral. Em outra frente, o discurso extremista se manifesta na permanente confrontação do chefe do Executivo com outros poderes. Nas duas frentes o resultado a ser alcançado é sabotagem, seja do ponto de vista da relação entre as instituições, seja do ponto de vista das políticas públicas.

Em seus dois primeiros anos, o governo se opôs ao Legislativo sem sucesso e terminou por incorporar lideranças políticas tradicionais –muitas delas denunciadas na Lava Jato– ao primeiro escalão da administração. Diante

disso, voltou todas as forças em confrontos com o poder judiciário. Ataques à alta corte judicial brasileira e, não raras vezes, diretamente a alguns de seus membros, tornaram-se comuns.

Os embates públicos com o judiciário começaram no início do governo, quando investigações contra os filhos do presidente chegaram ao STF. Intensificaram-se em 2021 quando a corte abriu investigação contra blogueiros e youtubers que manifestavam discurso de ódio e antidemocráticos. Chegaram ao ápice em 2022, após o STF condenar, em maioria do plenário, um deputado federal da base de Bolsonaro a oito anos de prisão por ataques e ofensas a ministros da corte. No dia seguinte à condenação, sem que o processo tivesse sido concluído, o presidente publicou um decreto perdoadando o deputado e o indultando do cumprimento da pena na prisão. Esta foi a primeira vez que um presidente da república indulta uma única pessoa (dispositivo da graça) e, em especial, sendo ela amiga pessoal do presidente.

Antes de confrontar membros do Superior Tribunal Federal (STF), Bolsonaro incorporou a Lava Jato a seu governo para, em seguida, o procurador-geral do Ministério Público, indicado por Bolsonaro, encerrar formalmente as atividades da força-tarefa, em 2021. A incorporação deu-se quando Bolsonaro convidou o juiz responsável pelas decisões de primeira instância, inclusive a que determinou a prisão do ex-presidente Lula do ex-presidente Lula, para ser seu Ministro da Justiça. O ex-juiz Sérgio Fernando Moro fez parte da primeira formação ministerial do governo. Em abril de 2020, menos de um ano e meio de governo, Moro pediu exoneração do cargo e se transformou em opositor a Bolsonaro<sup>10</sup>. Em relação à Lava Jato já era tarde. A operação tinha perdido visibilidade pública e o presidente se transformara no único representante das insatisfações sociais.

No campo das políticas públicas, as áreas mais sensíveis para atendimento à população foram as que sofreram maiores desmontes. Um exemplo da aplicação do discurso extremista em política pública no Brasil é o Meio Ambiente. O objetivo do governo é ampliar a exploração de terras, em especial na área da Amazônia, seja para agricultura, seja para exploração mineral. Os três primeiros anos de governo Bolsonaro foram marcados por sucessivos recordes de desmatamento na Amazônia, além dos maiores incêndios florestais em áreas de preservação do centro-oeste. O primeiro ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, era um político oriundo das manifestações de 2013, *youtuber* crítico das instituições e da democracia. Candidatou-se a deputado federal em 2018, mas não foi eleito. Ficou no Ministério, apesar das denúncias de desmonte das estruturas de fiscalização ambiental, até junho de 2021. Ele enfrentava denúncias de desvio de função e corrupção envolvendo investigação internacional sobre contrabando de madeira do Brasil para Estados Unidos e Europa. Em seu lugar, no ministério, permaneceu o secretário-executivo.

---

10. Depois de um período fora do país, o ex-juiz e ex-ministro Sergio Fernando Moro filiou-se, em novembro de 2021, ao partido Podemos como pré-candidato a presidente. Em março de 2022 ele trocou de partido, filiando-se ao União Brasil, que apresenta maior estrutura. No dia seguinte à filiação, dirigentes do União Brasil disseram que Moro não seria candidato a presidente pelo partido. Ele teria que se candidatar ao senado ou deputado federal. Nas eleições de 2022 foi eleito Senador pelo Estado do Paraná.

Outra área que passa por um desmonte no Brasil é a da saúde pública, mesmo com a pandemia de COVID-19. Foram quatro ministros da Saúde durante o período da pandemia. O presidente e muitos ocupantes de cargos de confiança no ministério foram os principais responsáveis pela propagação do discurso negacionista no Brasil. Todo o esquema de combate à doença e, depois, de vacinação foi encampado pelo poder legislativo, a partir de determinações judiciais, em especial do STF, e operacionalizado pelos governos estaduais e municipais. O governo atrasou a compra de vacinas. Durante toda a pandemia, o Programa Nacional de Imunizações, ligado ao Ministério da Saúde, ficou sem coordenação formal.

Após denúncias de cobrança de propinas por ocupantes de cargos de confiança no Ministério da Saúde para compra de vacinas foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito –CPI– para investigar o caso. As conclusões da CPI levaram à denúncia e indiciamento de duas dezenas de agentes públicos, entre eles, um ex-ministro da saúde e o próprio presidente da república<sup>11</sup>. A base de sustentação do governo ajudou a propagar dúvidas sobre medidas de contenção da doença e, depois, sobre a eficácia das vacinas. Apesar disso, em abril de 2022, mais de 75% da população adulta brasileira tinha recebido duas doses. A comparação dos números da pandemia no Brasil em relação à média global permite dimensionar o efeito do desmonte do Ministério da Saúde durante a pandemia. A população brasileira representa aproximadamente 2% do total da população mundial. Até abril de 2022, segundo dados agregados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil foi responsável por 7% de todos os casos registrados de contaminação por COVID-19 e por 10% do total de mortes pela doença no mundo. Por outro lado, o Brasil representava apenas 1% do total de doses de vacinas contra COVID-19 aplicadas até o início de 2022<sup>12</sup>.

Outro exemplo de área importante que sofre resultados negativos das prioridades do governo Bolsonaro é o Ministério da Educação. Em três anos e dois meses de mandato, o governo contou com quatro ministros, sendo que um deles nem chegou a assumir o cargo, pois veio a público a existência de fraude em seu currículo. O segundo ministro deixou o cargo depois de uma série de denúncias de envolvimento dele em ações contra ministros do STF. Ao ser exonerado, o ministro Abraham Weintraub revogou um decreto ministerial que previa a ampliação da política de cotas raciais para cursos de pós-graduação em universidades federais. O quarto ministro da Educação foi exonerado em março de 2022 após a divulgação de gravações que mostravam a relação dele com pastores evangélicos que foram denunciados por cobrar propina de prefeitos para investimentos em escolas públicas com recursos federais em seus municípios. O próprio ministro, Milton Ribeiro, é pastor evangélico.

---

11. O relatório final da CPI da Pandemia foi aprovado pela Comissão em 26 de outubro de 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/72c805d3-888b-4228-8682-260175471243>. Acesso em abril de 2022.

12. Em abril de 2022 eram, segundo dados oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), 508 milhões de casos de COVID-19 registrados no mundo; 6,2 milhões de mortes e 11,5 milhões de doses de vacinas aplicadas. O Brasil registrava, no mesmo período, 30,1 milhões de casos registrados, 662 mil mortes e 426 milhões de doses de vacina aplicadas. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em abril de 2022.

Estes são alguns exemplos de consequências práticas da atuação do governo eleito com discurso extremista. Outra medida representativa da ação extremista no Brasil é datada do início do governo, mas não foi adiante. Uma das primeiras ações do governo Bolsonaro, no início de 2019, foi propor uma reforma do sistema previdenciário brasileiro. Entre outras coisas, pretendia reduzir os valores pagos na forma de Benefício de Prestação Continuada (BPC). A proposta foi rejeitada no Congresso Nacional, embora outras reformas da previdência social tenham sido aprovadas.

A consequência do extremismo discursivo aplicado a um governo como o brasileiro é a sabotagem como forma de ação permanente. O discurso extremista dá apoio à sabotagem das relações entre poderes e instituições políticas e, ao mesmo tempo, sabota políticas públicas instituídas no período de redemocratização, seja no campo material, seja no campo das representações simbólicas.

## 4. Conclusões

Por regra, um discurso extremista é sabotador da democracia. No caso brasileiro ele se dá em um ambiente político com baixa institucionalização, inserido em uma cultura social pouco democrática, conforme apresentado no quadro 1. Quando o extremismo vence eleições democráticas, sua aplicação prática é a sabotagem de políticas e instituições. É o caso da direita reacionária brasileira da segunda década do século XXI. A autocratização consequente do extremismo, no caso brasileiro, tem dupla origem. Uma social, de longo prazo, identificada em práticas clientelistas e paroquiais das relações em espaços públicos. A ela vinculam-se valores de cultura social conservadora, que sustentam a desigualdade material e simbólica crônica no País, notadamente o racismo, machismo, homofobia e aporofobia. Tais valores, que sustentam a desigualdade material e simbólica brasileira, foram sendo questionados a partir da última década do século XX por novas instituições e políticas públicas compensatórias. A luta pelo reconhecimento identitário e por políticas compensatórias gerou um estado latente de descontentamento de uma maioria que discorda destes princípios.

O descontentamento social latente é condição necessária, mas não suficiente para um discurso extremista. No caso brasileiro, a segunda condição, de curto prazo, acelerou o processo de corrosão da confiança nas instituições políticas e, por consequência, na própria democracia. Este processo foi condensado nas consequências negativas para o sistema político pela forma como a força-tarefa de combate à corrupção, chamada Operação Lava Jato desenvolveu suas atividades. Ao criminalizar a política, a Lava Jato enfraqueceu as instituições, os partidos, as lideranças tradicionais –menos extremadas– e, ao fim, até mesmo o próprio poder Judiciário.

O descontentamento social e o enfraquecimento das instituições democráticas abriram espaço para o surgimento de uma liderança social que pudesse representar, de maneira personalista, *anti-establishment* e demagógica, o discurso extremista de direita no Brasil. Ao longo de uma década, com signi-

ficativa visibilidade pública, o então deputado Jair Bolsonaro apresentou-se com discurso homofóbico, racista, machista e aporofóbico. Seu papel como líder social reacionário foi reunir demandas de segmentos da sociedade, até então difusas e desorganizadas, em um discurso político apoiado por «crentes bayesianos» e que em 2018 se transformou em votos. Bolsonaro não inventou o bolsonarismo. O movimento social já estava lá, difuso na sociedade. Ele deu voz às demandas e as transportou para a arena política, aproveitando-se do enfraquecimento das instituições democráticas.

Assim que chega ao governo, o discurso extremista se materializa na forma de desconstrução de políticas públicas em diferentes áreas, como o Meio Ambiente, a Educação e a Saúde (notadamente durante a pandemia da COVID-19). Ao mesmo tempo, e de forma complementar, o principal líder social do movimento bolsonarista atua para que instituições democráticas se desgastem em um processo de conflito constante, em especial, as instituições diretamente relacionadas aos processos eleitorais, enfraquecendo-as ainda mais. É então que o processo de autocratização pelo discurso extremista completa seu ciclo no caso brasileiro.

## Referências bibliográficas

- Alcántara, M. (org.) (2020): *América Latina vota, 2017-2019*. Madrid: Tecnos.
- Baquero, M. (2018): *Democracia Inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Carvalho, L. M. (2019): *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no Quartel*. São Paulo: ed. Todavia.
- Cervi, E. U. (2021): «As duas faces de Bolsonaro». *Revista Iberoamericana – América Latina – España – Portugal*, 78: 202-207.
- Cortina, A. (2017): *Aporofobia, el rechazo al pobre*. Barcelona: Paidós.
- Fraser, N. (2006). «Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’». São Paulo. *Caderno de Campo*, n. 14/15: 231-239.
- Glaeser, E. y Sunstein, C. R. (2009): «Extermism and Social Learning». *Journal of Legal Analysis*, 1(1): 263-324.
- Levitsky, S. y Ziblatt, D. (2018): *Como as democracias morrem*. São Paulo: Ed. Zahar.
- Lima, E. C. de A. y Lima, I. C. C. (2020). «Conservadorismo, neoconservadorismo e bolsonarização». *Revista Debates*, 14(1): 173-199.
- Moisés, J. A. (2008). «Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66):11-41.
- Moisés, J. A. (2010). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo: Edusp.
- Monsiváis-Carrillo, A. (2021, 26 de marzo). «Autocratización. Prontuario de la Democracia». <https://prontuario-democracia sociales.unam.mx/autocratizacion/>

Stanley, J. (2018): *Como funciona o fascismo*. São Paulo: Editora L&PM.

Silva, J. Machado da (2017): *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Senado Federal: Comissão Parlamentar de Investigação da Pandemia. <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em abril de 2022.

Tribunal Superior Eleitoral: Repositório de dados eleitorais. [www.dadosabertos.tse.jus.br](http://www.dadosabertos.tse.jus.br). Acesso em junho de 2021.

YouTube: Várias páginas. [www.youtube.com](http://www.youtube.com). Acesso em abril de 2022.



©Derechos del autor o autores. Creative Commons License. Este artículo está bajo una licencia internacional Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0.  
©Copyright of the author or authors. Creative Commons License. This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.